



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 658/2013

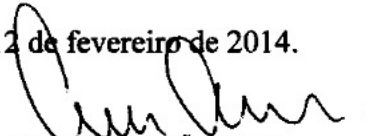
Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.


**Art. 1º** Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:


- I - Lei nº 4.742, de 6 de agosto de 1963;
- II - Lei nº 6.580, de 4 de julho de 1974;
- III - Lei nº 6.648, de 24 de dezembro de 1974;
- IV - Lei nº 6.790, de 31 de maio de 1976;
- V - Lei nº 6.801, de 21 de junho de 1976;
- VI - Lei nº 6.812, de 8 de julho de 1976;
- VII - Lei nº 6.872, de 28 de abril de 1977;
- VIII - Lei nº 7.148, de 23 de maio de 1979;
- IX - Lei nº 7.446, de 14 de maio de 1981;
- X - Lei nº 7.805, de 22 de dezembro de 1983;
- XI - Lei nº 8.366, de 22 de setembro de 1986;
- XII - Lei nº 8.607, de 29 de outubro de 1987;
- XIII - Lei nº 8.696, de 30 de dezembro de 1987;
- XIV - Lei nº 8.738, de 6 de janeiro de 1988 e
- XV - Lei nº 8.964, de 20 de abril de 1989.


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator









ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 675/2013**

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

**Art. 1º** Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 11.808, de 14 de agosto de 1997;
- II - Lei nº 11.984, de 30 de dezembro de 1997;
- III - Lei nº 12.029, de 30 de janeiro de 1998;
- IV - Lei nº 12.177, de 27 de maio de 1998;
- V - Lei nº 12.496, de 22 de janeiro 1999;
- VI - Lei nº 12.519, de 25 de janeiro 1999;
- VII - Lei nº 12.538, de 25 de janeiro de 1999;
- VIII - Lei nº 12.571, de 8 de junho de 1999;
- IX - Lei nº 12.682, de 30 de setembro de 1999;
- X - Lei nº 12.768, de 17 de dezembro de 1999 e
- XI - Lei nº 12.890, de 29 de maio de 2000.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2014.

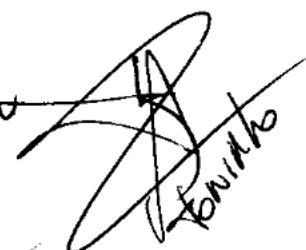
  
ALEXANDRE CURI

Presidente

  
Relator



  
Marcos Leal





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

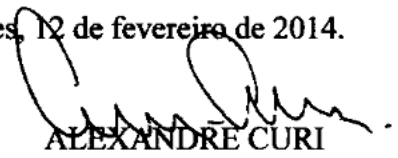
**Redação Final ao Projeto Lei nº 680/2013**

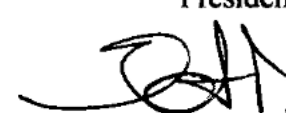
Revoga as Leis nº 11.126/1995, nº  
11.158/1995, nº 11.190/1995, nº  
12.251/1998, nº 12.274/1998, nº  
12.284/1998, nº 12.286/1998, nº  
12.299/1998, nº 12.367/1998, nº  
12.431/1999, nº 12.483/1999, nº  
12.498/1999, nº 12.582/1999, nº  
12.634/1999, nº 12.692/1999.


**Art. 1º** Ficam revogadas as Leis nº 11.126, de 5 de julho de 1995, nº 11.158, de 25 de julho de 1995; nº 11.190, de 13 de novembro de 1995; nº 12.251, de 31 de julho de 1998; nº 12.274, de 18 de agosto de 1998; nº 12.284, de 18 de agosto de 1998; nº 12.286, de 18 de agosto de 1998; nº 12.299, de 19 de agosto de 1998; nº 12.367, de 23 de dezembro de 1998; nº 12.431, de 13 de janeiro de 1999; nº 12.483, de 20 de janeiro de 1999; nº 12.498, de 22 de janeiro de 1999; nº 12.582, de 8 de junho de 1999; nº 12.634, de 12 de julho de 1999; nº 12.692, de 29 de outubro de 1999.


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator

  
Doutor

  
Membro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 681/2013

Revoga as Leis nº 11.082/1995, nº 12.246/1998, nº 12.334/1998, nº 12.374/1998, nº 12.409/1998, nº 12.451/1999, nº 12.925/2000, nº 13.157/2001, nº 14.637/2005, nº 14.669/2005, nº 14.724/2005, nº 14.884/2005, nº 14.912/2005, nº 14.949/2005, nº 14.950/2005.

**Art. 1º** Ficam revogadas as Leis nº 11.082, de 24 de abril de 1995; nº 12.246, de 31 de julho de 1998; nº 12.334, de 24 de setembro de 1998; nº 12.374, de 23 de dezembro de 1998; nº 12.409, de 30 de dezembro de 1998; nº 12.451, de 13 de janeiro de 1999; nº 12.925, de 29 de agosto de 2000; nº 13.157, de 23 de maio de 2001; nº 14.637, de 13 de janeiro de 2005; nº 14.669, de 1º de março de 2005; nº 14.724, de 6 de junho de 2005; nº 14.884, de 27 de outubro de 2005; nº 14.912, de 21 de novembro de 2005; nº 14.949, de 14 de dezembro de 2005; nº 14.950, de 14 de dezembro de 2005.

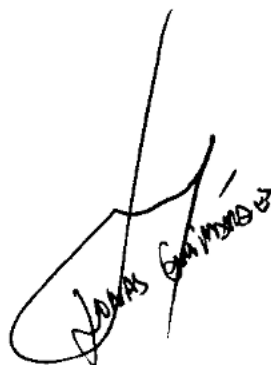
**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2014.

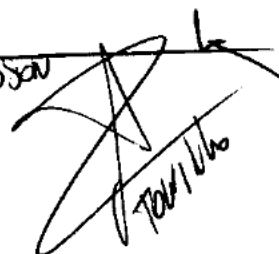
  
ALEXANDRE CURI

Presidente

  
Relator

  
João Gomes

  
Manoel Lima

  
Paulo Roberto





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 682/2013**

Revoga as Leis nº 6.693/1975, nº 7.063/1978, nº 7.130/1979, nº 12.990/2000, nº 13.010/2000, nº 13.201/2001, nº 13.320/2001, nº 13.642/2002, nº 13.783/2002, nº 13.784/2002, nº 13.878/2002, nº 14.081/2003, nº 14.113/2003, nº 14.173/2003, nº 14.341/2004.


**Art. 1º** Ficam revogadas as Leis nº 6.693, de 17 de julho de 1975; nº 7.063, de 5 de dezembro de 1978; nº 7.130, de 2 de maio de 1979; nº 12.990, de 24 de novembro de 2000; nº 13.010, de 11 de dezembro de 2000; nº 13.201, de 27 de junho de 2001; nº 13.320, de 13 de novembro de 2001; nº 13.642, de 25 de junho de 2002; nº 13.783, de 10 de setembro de 2002; nº 13.784, de 10 de setembro de 2002; nº 13.878, de 25 de novembro de 2002; nº 14.081, de 11 de julho de 2003; nº 14.113, de 15 de setembro de 2003; nº 14.173, de 5 de novembro de 2003; nº 14.341, de 16 de fevereiro de 2004.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

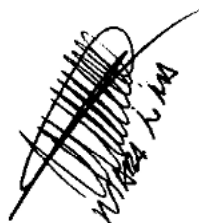
Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2014.

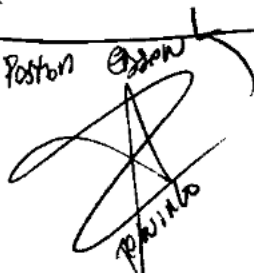
  
ALEXANDRE CURI

Presidente

  
Relator

  
João Luiz

  
Maria Lúcia

  
Paulo Roberto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 683/2013**

Revoga as Leis nº 5.766/1968, nº 6.747/1975, nº 6.948/1977, nº 7.542/1981, nº 8.059/1984, nº 8.510/1987, nº 8.754/1988, nº 13.952/2002, nº 13.598/2002, nº 13.652/2002, nº 13.764/2002, nº 13.878/2002, nº 15.105/2006, nº 16.154/2009, nº 16.588/2010.

**Art. 1º** Ficam revogadas as Leis nº 5.766, de 6 de maio de 1968; nº 6.747, de 16 de dezembro de 1975; nº 6.948, de 18 de novembro de 1977; nº 7.542, de 8 de dezembro de 1981; nº 8.059, de 26 de dezembro de 1984; nº 8.339, de 11 de julho de 1986; nº 8.510, de 30 de junho de 1987; nº 8.754, de 22 de abril de 1988; nº 13.952, de 29 de maio de 2002; nº 13.598, de 29 de maio de 2002; nº 13.652, de 25 de junho de 2002; nº 13.764, de 10 de setembro de 2002; nº 15.105, de 8 de maio de 2006; nº 16.154, de 6 de de julho de 2009; nº 16.588, de 5 de outubro de 2010.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2014.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator 

  
João Luiz

  
Hugo Lima

  
Yohi Ito



## PROJETO DE LEI Nº 684/2013

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**

Em, 26 NOV 2013

**1º Secretário**

Revoga as Leis nº 12.988/2000, nº  
13.142/2001, nº 13.160/2001, nº  
13.188/2001, nº 13.202/2001, nº  
13.211/2001, nº 13.241/2001, nº  
13.472/2002, nº 13.480/2002, nº  
13.495/2002, nº 13.893/2002, nº  
14.244/2003, nº 14.291/2004, nº  
14.378/2004, nº 14.631/2005.

**Art. 1º** Ficam revogadas as Leis nº 12.988, de 24 de novembro de 2000; nº 13.142, de 11 de maio de 2001; nº 13.160, de 23 de maio de 2001; nº 13.188, de 25 de junho de 2001; nº 13.202, de 27 de junho de 2001; nº 13.211, de 27 de junho de 2001; nº 13.241, de 3 de agosto de 2001; nº 13.472, de 14 de janeiro de 2002; nº 13.480, de 14 de janeiro de 2002; nº 13.495, de 14 de janeiro de 2002; nº 13.893, de 25 de novembro de 2002; nº 14.244, de 27 de novembro de 2003; nº 14.291, de 16 de fevereiro de 2004; nº 14.378, de 29 de abril de 2004; nº 14.631, de 13 de janeiro de 2005.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

Deputado **CARLOS QUINTANA**

**PRESIDENTE**

Deputado **PEDRO LUPION**

**RELATOR**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à extinção por encerramento e liquidação voluntária.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 684/2013**

**Projeto de Lei nº. 684/2013**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Revoga as Leis nº 12.988/2000, 13.142/2001, 13.160/2001, 13.188/2001, 13.202/2001, 13.211/2001, 13.241/2001, 13.472/2002, 13.480/2002, 13.495/2002, 13.893/2002, 14.244/2003, 14.291/2004 e 14.378/2004 e 14.631/2005.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 12.988/2000, 13.142/2001, 13.160/2001, 13.188/2001, 13.202/2001, 13.211/2001, 13.241/2001, 13.472/2002, 13.480/2002, 13.495/2002, 13.893/2002, 14.244/2003, 14.291/2004 e 14.378/2004 E 14.631/2005 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Lei 12.988/2000. Súmula:** Declara de utilidade pública a Escolinha de Futebol PP, com sede e foro no município de Clevelândia.

**Lei 13.142/2001. Súmula:** Declara de utilidade pública o Departamento de Assistência Social Adventista da Promessa - DASAP Norte Paranaense, com sede e foro no Município de Maringá.

**Lei 13.160/2001. Súmula:** Declara de utilidade pública estadual a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida em Borrazópolis, com sede no município de Borrazópolis e foro no município de Faxinal.

**Lei 13.188/2001. Súmula:** Declara de utilidade pública o Provopar Municipal da Lapa, com sede e foro no município da Lapa.

**Lei 13.202/2001. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Farol Pentecostal - AERCOFAP, com sede e foro no município de Londrina.

**Lei 13.211/2001. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Rádio Comunitária Filadélfia - AERCOF, com sede e foro no município de Terra Rica.

**Lei 13.241/2001. Súmula:** Declara de utilidade pública o PROJETO RENASCER, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

**Lei 13.472/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO COMPUBRAS, com sede no município de Santa Terezinha do Itaipu e foro no município de Foz do Iguaçu.

**Lei 13.480/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação e Club de Mães Maria de Nazaré, com sede no município de São José dos Pinhais e foro nesta Capital.

**Lei 13.495/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública, a Associação Coral "Kerix", com sede e foro no município de Rio Negro.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 13.893/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Assistencial Novo Mundo, com sede no município de Carambei e foro no município de Castro.

**Lei 14.244/2003. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Água da Laranja Azeda, com sede e foro no Município de Londrina.

**Lei 14.291/2004. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Senhoras Integradas de Pato Bragado, com sede no município de Pato Bragado e foro no município de Marechal Candido Rondon.

**Lei 14.378/2004. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Comunitária das Mulheres de Barbosa Ferraz – ACOMUBAFE, com sede e foro no município de Barbosa Ferraz.

**Lei 14.631/2005. Súmula:** Declara de utilidade pública o Grupo Voz pela Vida, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições  
que disponham sobre:  
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

*[Assinatura]*  
Dep. Carlos

*[Assinatura]*  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

*[Assinatura]*  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

*[Assinatura]*  
Dep. Turiani  
*[Assinatura]*  
Dep. Tadeu

*[Assinatura]*  
Dep. Trindade

Prça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**  
**11/12/13**



## PROJETO DE LEI Nº 685/2013

**LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 26 NOV 2013

1º Secretário

Revoga as Leis nº 10.049/1992, nº  
10.101/1992, nº 10.242/1993, nº  
11.404/1996, nº 11.405/1996, nº  
11.461/1996, nº 11.527/1996, nº  
11.530/1996, nº 11.561/1996, nº  
11.567/1996, nº 11.591/1996, nº  
11.616/1996, nº 11.703/1997, nº  
11.731/1997 e nº 11.754/1997.

**Art. 1º** Ficam revogadas as Leis nº 10.049, de 16 de julho de 1992; nº 10.101, de 9 de outubro de 1992; nº 10.242, de 8 de janeiro de 1993; nº 11.404, de 30 de maio de 1996; nº 11.405, de 30 de maio de 1996; nº 11.461, de 10 de julho de 1996; nº 11.527, de 20 de setembro de 1996; nº 11.530, de 20 de setembro de 1996; nº 11.561, de 11 de outubro de 1996; nº 11.567, de 29 de outubro de 1996; nº 11.591, de 14 de novembro de 1996; nº 11.616, de 26 de novembro de 1996; nº 11.703, de 1º de abril de 1997; nº 11.731, de 28 de maio de 1997 e nº 11.754, de 25 de junho de 1997.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

Deputado CAITO QUINTANA

PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION

RELATOR



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública




  
Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

## JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à inaptidão prevista no artigo 54 da Lei Federal nº 11.941/2009.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 685/2013**

**Projeto de Lei nº. 685/2013**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Revoga as Leis nº 10.049/1992, 10.101/1992, 10.242/1993, 11.404/1996, 11.405/1996, 11.461/1996, 11.527/1996, 11.530/1996, 11.561/1996, 11.567/1996, 11.591/1996, 11.616/1996, 11.703/1997, 11.731/1997 e 11.754/1997.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 10.049/1992, 10.101/1992, 10.242/1993, 11.404/1996, 11.405/1996, 11.461/1996, 11.527/1996, 11.530/1996, 11.561/1996, 11.567/1996, 11.591/1996, 11.616/1996, 11.703/1997, 11.731/1997 E 11.754/1997 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Lei 10.049/1992. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Portadores de Doenças Renais, Doadores e Transplantados Renais - APARTRANS, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 10.101/1992. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação GOJURYU de Karatê do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 10.242/1993. Súmula:** Declara de utilidade pública o Conselho de Segurança de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba.

**Lei 11.404/1996. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a "Associação João Paulo II", com sede e foro no Município de Santa Amélia/Pr.

**Lei 11.405/1996. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Moreira Sales, com sede e foro no Município de Moreira Sales.

**Lei 11.461/1996. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Izabel, com sede e foro na cidade de Londrina.

**Lei 11.527/1996. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - CODAEC, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 11.530/1996. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Central Única da Terceira Idade no Estado do Paraná - CUTIPAR, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

**Lei 11.561/1996. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Programa Acoradouro, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

**Lei 11.567/1996. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Capinzal, com sede e foro na cidade de Itaperuçu.

**Lei 11.591/1996. Súmula:** Declara de utilidade pública a Fundação Laudelina Pereira - Filial de Londrina, com sede e foro no município de Londrina.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Lei 11.616/1996. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Cultural, Desportos, Turismo e Pesquisa Científica - ADECTUR, com sede e foro na Comarca de Sengés.

**Lei 11.703/1997. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradias de Porto Seguro, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 11.731/1997. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação dos Vereadores do Vale do Ivaí, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul.

**Lei 11.754/1997. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Planta Jardim Pioneiro, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições**  
**que disponham sobre:**  
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



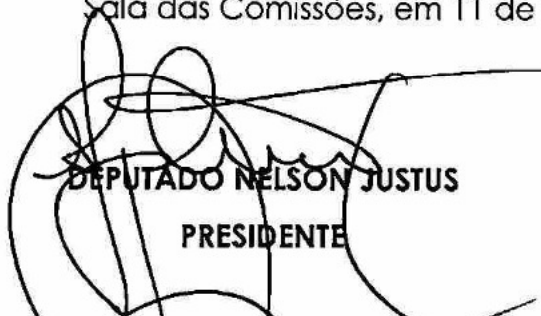
que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
Dep. Furiani

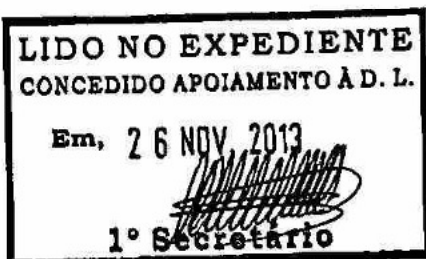
  
Dep. Tadeu  
**APROVADO**  
**11.12.13**

  
Dep. Lourenço  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





## PROJETO DE LEI Nº 686/2013



Revoga as Leis nº 11.796/1997, nº  
11.798/1997, nº 11.807/1997, nº  
11.823/1997, nº 11.826/1997, nº  
11.865/1997, nº 11.882/1997, nº  
11.932/1997, nº 12.051/1998, nº  
12.036/1998, nº 12.132/1998, nº  
12.185/1998, nº 12.190/1998, nº  
12.763/1999 e nº 12.798/1999.

**Art. 1º** Ficam revogadas as Leis nº 11.796, de 10 de julho de 1997; nº 11.798, de 10 de julho de 1997; nº 11.807, de 14 de agosto de 1997; nº 11.823, de 12 de setembro de 1997; nº 11.826, de 12 de setembro de 1997; nº 11.865, de 10 de novembro de 1997; nº 11.882, de 25 de novembro de 1997; nº 11.932, de 10 de dezembro de 1997; nº 12.051, de 30 de janeiro de 1998; nº 12.036, de 30 de janeiro de 1998; nº 12.132, de 29 de abril de 1998; nº 12.185, de 5 de junho de 1998; nº 12.190, de 8 de junho de 1998; nº 12.763, de 17 de dezembro de 1999 e nº 12.798, de 17 de dezembro de 1999.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

Deputado **CAIYO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**

RELATOR

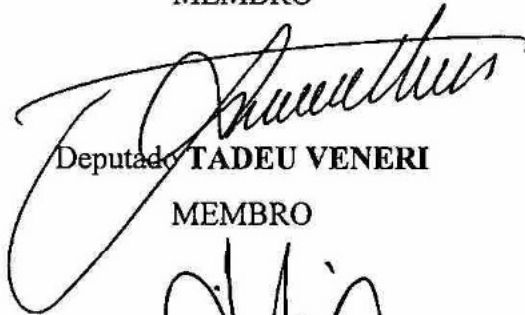


**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




  
Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à inaptidão prevista no artigo 54 da Lei Federal nº 11.941/2009.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 686/2013**

**Projeto de Lei nº. 686/2013**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Revoga as Leis nº 11.796/1997, 11.798/1997, 11.807/1997, 11.823/1997, 11.826/1997, 11.865/1997, 11.882/1997, 11.932/1997, 12.051/1998, 12.036/1998, 12.132/1998, 12.185/1998, 12.190/1998, 12.763/1999 e 12.798/1999.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 11.796/1997, 11.798/1997, 11.807/1997, 11.823/1997, 11.826/1997, 11.865/1997, 11.882/1997, 11.932/1997, 12.051/1998, 12.036/1998, 12.132/1998, 12.185/1998, 12.190/1998, 12.763/1999 e 12.798/1999 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Lei 11.796/1997. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Pinheiros e Roma, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 11.798/1997. Súmula:** Declara de utilidade pública o "Instituto de Reabilitação de Queimados Dr. José Cardoso de Azevedo", com sede e foro nesta Capital.

**Lei 11.807/1997. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Kosmos - AMAJAKO, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 11.823/1997. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Rita, com sede e foro na cidade de Londrina.

**Lei 11.826/1997. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Uberaba de Baixo, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 11.865/1997. Súmula:** Declara de utilidade pública o Instituto Afro-brasileiro do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba.

**Lei 11.882/1997. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Ensino 19 de Dezembro, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 11.932/1997. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Amparo aos Adolescentes Corinto Marciliano Sobrinho, com sede e foro no Município de Porecatu.

**Lei 12.05/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública o Instituto El Shaday de Desenvolvimento Social - ISEDES, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

**Lei 12.036/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Monte Morá de Assistência Social, com sede e foro na cidade de Sengés.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 12.132/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos Jardim Buenos Aires São Miguel Botiatuba e Adjacências, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré.

**Lei 12.185/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a Igreja Evangélica Pentecostal Povo Unido, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 12.190/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública o "Conselho de Saúde da Região Norte - COSNORTE", com sede e foro no município de Londrina.

**Lei 12.763/1999. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Belém de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 12.798/1999. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Filantrópica da Igreja Presbiteriana Renovadora da Fazendinha, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*


Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.

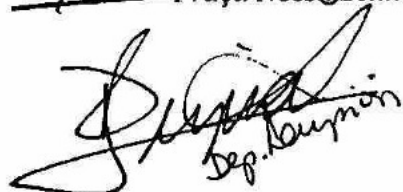
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
PRESIDENTE


  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
RELATOR

**APROVADO**

16.12.13

Placa Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Burmann

  
Dep. Nereu

  
Dep. Pastor

  
Dep. Turiani

  
Dep. Figueiredo

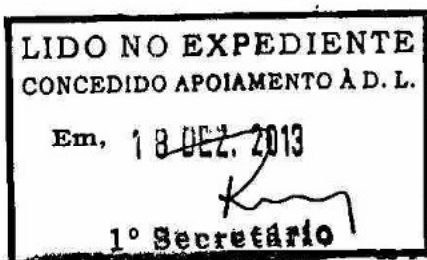
  
Dep. Tadeu



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 805/13



**Súmula:** Concede Título de  
Cidadão Honorário ao Senhor  
Rikichi Orikasa.

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Honorário do Estado do  
Paraná ao Senhor Rikichi Orikasa.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 18 de dezembro de 2013.

  
TERCÍLIO TURINI  
Deputado Estadual





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



**JUSTIFICATIVA:**

O presente Projeto de Lei visa conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Rikichi Orikasa.

Rikichi Orikasa nasceu em 26 de junho de 1947, no Município de Jales, no Estado de São Paulo, vindo para o Município de Umuarama, no Paraná, em 1963.

Em 1968 participou do Festival de Canção Japonesa da Liga Oeste do Paraná, classificando-se em 3º lugar. No concurso paranaense classificou-se em 7º lugar, conquistando a vaga do concurso de Canção Japonesa ocorrido em São Paulo, sendo que neste concurso brasileiro classificou-se em 10º lugar.

No ano de 1969 mudou-se para o Município de Londrina, e no concurso da Cidade, ACEL, ficou em 1º lugar e posteriormente em 1º lugar, também, no paranaense. Assim, fundou a Associação dos Cantores Amadores de Londrina – ACAL, para que as pessoas pudessem aprender sobre a música japonesa e participar de concursos nesse sentido.

Em 1972 mudou-se para São Paulo e, posteriormente, em 1973, participou de vários programas na TV Bandeirantes, como o Japão Pop Show, sendo considerado o cantor revelação de música japonesa na TV Bandeirantes.

Em 1974, Orikasa fundou, juntamente com amigos, o Grupo Harmony, conjunto musical Nipo Brasileiro. E foi batizado na Igreja São Francisco, em São Paulo, com o nome artístico Ricardo Origassa.

Em 1979 conquistou o prêmio Grand Prix na TV Record no programa Imagens do Japão, recebendo como prêmio um carro zero km, quando retornou ao Município de Londrina no Paraná.

Juntamente com amigos fundou, em 1983, a ABARC - Associação Brasileira de Canção Japonesa, a qual promove o Concurso Brasileiro da Canção Japonesa em caráter anual. Cabendo salientar, que em 2014 o Concurso estará em sua 29ª edição e o Senhor Ricardo Origassa exerceu,

desde a sua fundação, o cargo de vice-presidente técnico, assumindo a presidência de 1993 a 2003.

Dentro da ARAC, o homenageado comandou o grupo de jurados, com palestras e aulas, promovendo, ainda, o Meijin Show, um show de campeões na Cidade de Londrina, o qual teve destaque nacional com a presença de representantes do Ministério da Cultura.

Em 1992, Origassa foi diretor do Departamento de Canto da Liga Desportiva Cultural Paranaense e da Aliança Cultural Brasil Japão do Paraná, cargo que exerceu durante 20 anos.

Neste departamento criou diversas modalidades de concursos de canto para que todos, inclusive crianças e idosos, tivessem a oportunidade de apresentar e obter classificações dentro de suas categorias. Criando, também, concursos de acordo com a época das músicas japonesas, assim, os participantes podem lembrar com saudosismo as canções de sua infância e juventude.

Em 1993 foi presidente da Associação Brasileira de Canção Japonesa, cargo que exerceu durante 11 anos.

No ano de 2002 recebeu o Certificado Musical do Japão tornando-se mestre da Liga dos Cantores Amadores do Japão - NAK. Assim, os cantores paranaenses tiveram a oportunidade de se destacar internacionalmente, pois diversos concursos NAK foram realizados no Paraná, sob a coordenação de Ricardo Origassa e os campeões destes concursos ganharam uma participação no concurso realizado na Cidade de Tokyo, no Japão com cantores de diversos países. Na ocasião, vários cantores paranaenses conquistaram o Grand Prix e tiveram reconhecimento internacional.

O homenageado fundou, ainda, em 2004, a ACENB - Associação Cultural Nipo Brasileira Tomo no Kai. Sendo o presidente desde o início da Associação até os dias atuais.

A ACENB reúne integrantes de todo o Estado para confraternizações, promovendo concursos e jantares com o intuito de arrecadar fundos, roupas usadas, alimentos não perecíveis e doações para diversas entidades.

Em 2012 foi eleito presidente da Aliança Cultural Brasil Japão do Paraná, cargo que exerce atualmente, sobre a frente da qual realizou vários eventos beneficentes em prol do Hospital do Câncer de Londrina.

A Aliança é uma entidade que reúne as Associações Culturais e Esportivas do Estado do Paraná, atingindo cerca de 5.000 famílias paranaenses.

Anualmente são promovidas em torno de 180 atividades como: campeonato de *gateboll*, concursos de canto, *ikebana*, beisebol, *taiko* (tambores japoneses), dança, *shamisen* (instrumento japonês) sumo (esporte), atletismo, e etc.

A educação e a preservação da língua japonesa são consideradas uma das prioridades da entidade, uma vez que todos os anos, mais de sete professores vêm do Japão através da JICA para o ensinar e divulgar a língua e cultura do país.

Neste ano de 2013, foram realizados concursos de oratória infantil em caráter municipal e estadual e *speech contest* adulto.

Ricardo Origassa coordenou o grupo de pais e alunos para a participação, na Cidade de Assunção, no Paraguai, no concurso de oratória infantil da língua japonesa .

As entidades filiadas do Paraná participaram com cerca de 100 pessoas, com representantes dos Municípios de Maringá, Londrina, Assaí, Mauá da Serra e Cornélio Procopio. No concurso diversos alunos paranaenses se destacaram e receberam prêmios.

Ricardo Origassa acredita que através do estudo, da participação em quaisquer das atividades que a aliança mantém, o participante estará preservando a cultura japonesa e assim, divulgando, e promovendo o entrosamento com a cultura brasileira e contribuindo para um mundo melhor.

Diante do exposto e do merecimento da concessão deste título ao Senhor Ricardo Orikasa, pedimos o apoio e conseqüente aprovação da presente proposta.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete Deputado Pedro Lupion

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N. 805/2013**

**AUTOR: DEPUTADO TERCÍLIO TURINI**

**SÚMULA:** *"Concede título de cidadão honorário ao Senhor RICKICHI ORIKASA"*

**RELATOR: DEPUTADO PEDRO LUPION**

**I. RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei (PL) nº 805/2013, de autoria do Deputado TERCÍLIO TURINI, o qual objetiva conceder o título de Cidadão Benmérito ao Senhor Rikichi Orikasa.

Traz em sua justificativa o currículo do homenageado, bem como antecedentes criminais.

É O RELATÓRIO.

**II. ANÁLISE E VOTO**

Conforme disposto na Lei n. 13.115/2001, alterada pelas Leis n. 14.677/2005 e 16.213/2009:



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Assembleia Legislativa  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura.



*"Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:*

*I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;*

*II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;*

*III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;*

*IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;*

*V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.*

*Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo."*

Conforme se denota o Projeto de Lei preenche os requisitos estabelecidos em Lei, e ainda se encontra as respectivas certidões.

Ainda, conforme informação prestada pela liderança, ofício anexo, o partido ainda possui quotas para a concessão do referido título de cidadão honorário.

Desta forma, preenchidos os requisitos legais, não há qualquer óbice para a normal tramitação do projeto de Lei em análise.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ  
Assembleia Legislativa  
Gabinete Deputado Pedro Lupion  
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura.




### III. CONCLUSÃO

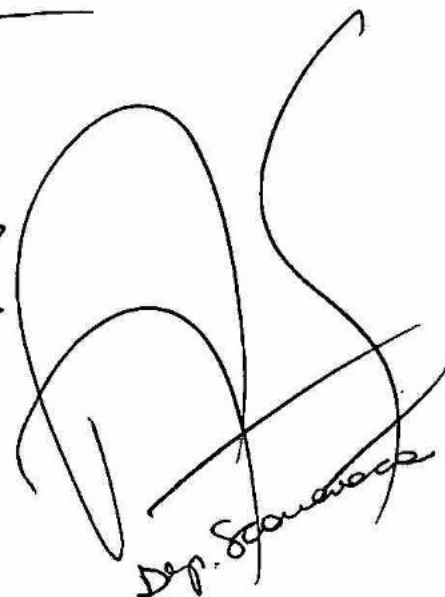
Por todo o exposto, uma vez preenchido os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.

  
Deputado **NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
Deputado **PEDRO LUPION**  
Relator

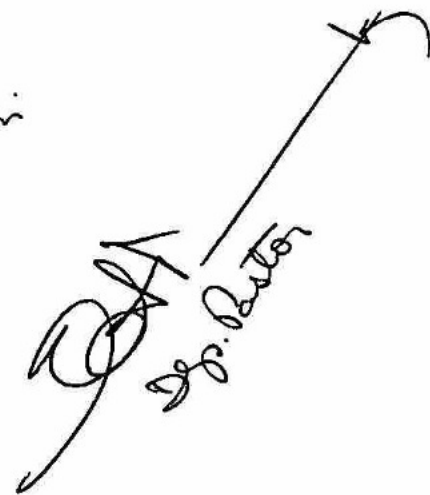
  
Dep. Tadeu

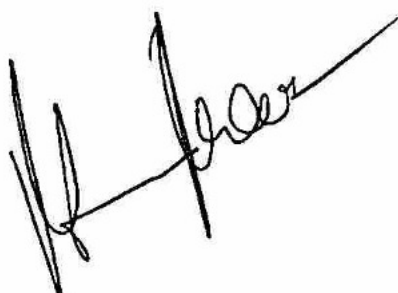
  
Dep. Scaramelo

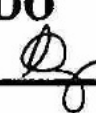
  
Dep. Paulo

  
Dep. Tasso

  
Dep. Tasso

  
Dep. Pastor

  
Dep. Tasso

**APROVADO**  
11.02.14 



**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do GovernadorLIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 09 DEZ. 2013

1º Secretário

VETO Nº 26/13

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 312/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 84/2012, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 10/2013, de autoria parlamentar, objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Segurança da Mulher - PROSEM no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre de razões de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, pois, no caso em exame, embora a matéria de fundo possa também ser de iniciativa legislativa de membro do Poder Legislativo, cria atribuições ao Governo do Estado, através de órgão competente (Secretaria de Estado da Segurança Pública), violando o contido no inciso IV do art. 66 da Constituição Estadual. Vejamos:

*"Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

...

*IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública."*

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 11.472.322-3

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 805  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 05/12/2013

Presidente

14:37 09/12/2013 010607 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



**Projeto de Lei nº 84/2012**

(Autoria da Deputada Marla Tureck)

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Segurança da Mulher - PROSEM no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a instituir o Programa de Segurança da Mulher – PROSEM, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que consiste em um conjunto de políticas específicas, no âmbito da ação de polícia, da proteção às mulheres vitimadas, da responsabilização dos autores de violência contra a mulher, da prevenção da violência de gênero e da qualificação das informações sobre as formas de violência que atingem particularmente as mulheres.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei, entende-se o conceito de violência de gênero, utilizado aqui como sinônimo de violência contra mulher, nos termos da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, qualquer ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

**Art. 2º** Caberá à Secretaria de Estado de Segurança Pública, através de setor especializado na execução de políticas de segurança para a mulher, implantar e gerir o PROSEM.

**Art. 3º** As ações do PROSEM consistirão em:

I – apoiar o trabalho das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, realizando as articulações necessárias para garantir os recursos humanos e materiais indispensáveis ao bom funcionamento das mesmas;

II – assegurar a qualificação contínua dos funcionários das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher;

III – preservar, aprimorar e expandir o projeto do núcleo de acolhida a mulheres vítimas de violência sexual, do Instituto Médico Legal, proporcionando-lhes atendimento especializado e a realização dos exames periciais em condições humanas e tecnicamente condignas;





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 84/2012

fls.02. **SEEG**

Fls. 24

IV – promover cursos e treinamentos aos oficiais e praças, na Polícia Militar, além de consolidar e monitorar procedimentos específicos, relativos à abordagem policial nos casos de violência doméstica contra a mulher;

V – apoiar as ações do Grupo Executivo da Delegacia Legal, no sentido de criar, gerir e monitorar, em parceria com outros órgãos do Estado, os abrigos para mulheres em situação de risco doméstico;

VI – consolidar e ampliar parcerias com os Juizados Especiais Criminais e as Centrais de Penas e Medidas Alternativas, no sentido de encaminhar os homens acusados de violência de gênero para grupos reflexivos de gênero, complementarmente a outras penas ou medidas alternativas;

VII – implantar em escolas, comunidades e onde mais parecer pertinente e viável, grupos reflexivos de gênero, formado por jovens ou adultos, visando à prevenção da violência contra a mulher;

VIII – produzir e divulgar, regularmente, diagnósticos detalhados sobre os crimes que atingem particularmente às mulheres;

IX – contribuir, através de campanhas informativas, para que a violência contra a mulher, bem como os recursos para enfrentá-la, ganhem visibilidade.

**Parágrafo único.** A implantação e a execução do PROSEM, assim como o monitoramento das atividades que lhes são afetadas, deverão ter como base um diálogo estreito com os movimentos de mulheres, com os com os organismos da sociedade civil e do Estado (particularmente a Comissão de Segurança da Mulher e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher), bem como dos profissionais envolvidos no esforço de prevenção e redução da violência contra a mulher.

**Art. 4º** As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias a contar da data da sua publicação.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




Projeto de Lei nº 84/2012

fls.03. SEEG

CTL  
Fls. 25

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 13 de novembro de 2013.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 26/2013**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 26/2013**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veto o Projeto de Lei nº 084/2012, de autoria da Deputada Marla Tureck, que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa Estadual de segurança da mulher – PROSEM no Âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei nº 084/2012, de autoria da Deputada Marla Tureck, que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa Estadual de segurança da mulher – PROSEM no Âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 084/2012 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de **20 de Novembro de 2013**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 26/2013, foi exarada em data de **05 de Dezembro de 2013**, sendo desta maneira tempestivo.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

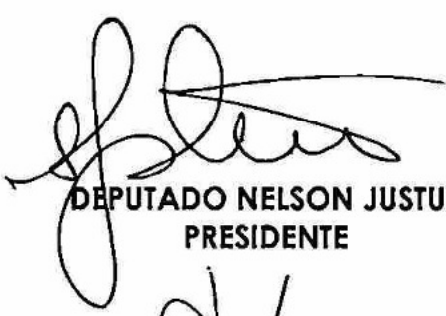


Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 16 de Dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. TERÇILIO TURINI  
RELATOR

**APROVADO**

16.12.13

Praca Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná